

Consumo de bens e serviços culturais nas metrópoles brasileiras – uma análise a partir de dados da POF

Sibelle Cornélio Diniz¹
Ana Flávia Machado²

RESUMO: O presente trabalho se propõe a analisar um aspecto do amplo objeto constituído pelas relações entre cultura e economia: o consumo de bens e serviços culturais. Mais especificamente, busca-se caracterizar e analisar as relações de consumo desse tipo de mercadorias na sociedade brasileira nos anos recentes. Os dados utilizados provêm da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) realizada pelo IBGE nos anos 2002-2003. Os resultados indicam que o dispêndio cultural tem um papel pequeno no orçamento das famílias brasileiras, além de ser marcado por grandes desigualdades, sobretudo no que se refere à renda domiciliar, à educação e à cor/raça do consumidor.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura; gastos; regional; equipamentos culturais.

Consumption of cultural goods and services in the Brazilian metropolises – an analysis by the Family Budget Research data.

ABSTRACT: The paper aims to analyze an aspect of the wide object composed by the relations between culture and economy: the consumption of cultural goods and services. More specifically, it seeks the character and analysis of the consumption relations of these kinds of goods in the Brazilian society, nowadays. The data comes from the Family Budget Research made by IBGE in the years 2002-2003. The results indicate that the cultural expenditure has a small role in the Brazilian families' budget, besides from being marked by great inequalities, specially related to home income, education and ethnicity of the consumer.

KEYWORDS: Culture, expenses; regional; cultural equipments.

1 - Introdução

A crescente importância do setor cultural no país e no mundo tem gerado demandas por estudos que contribuam para a compreensão desse setor e que, sobretudo, sirvam de subsídio à formulação de políticas públicas. Tais estudos se justificam pelas relações entre o setor cultural e o processo de desenvolvimento econômico regional e local, além de processos de coesão e integração social.

No Brasil, essa área é nova e, portanto, são poucos os estudos que abordam o setor cultural. Os já realizados, no entanto, apontam que, nos anos recentes, houve crescimento do setor. Utilizando dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem

¹ Pesquisadora CEDEPLAR/UFMG. E-mail: sibelled@cedeplar.ufmg.br

² Professora Adjunta CEDEPLAR/UFMG. E-mail: afmachad@cedeplar.ufmg.br

Domiciliar do IBGE), Silva (2007) concluiu que o setor cultural contava com 1 milhão e 469 mil pessoas em 1992 e 1 milhão e 930 mil em 2001³. A participação desse setor no mercado de trabalho total cresceu de 2,2% para 2,6% nesse período. Já com dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE (POF), o mesmo autor concluiu que os dispêndios culturais atingiram R\$ 31,9 bilhões em 2002, aproximadamente 3% do total de gastos das famílias e 2,4% do PIB brasileiro⁴.

Entre os diversos temas que abrangem a área de Economia da Cultura está a análise de gastos da população com bens e serviços culturais. Tal temática propõe-se a compreender os processos sociais em suas dimensões de exclusão e de interação social e simbólica.

O mercado, mais que um espaço de troca de mercadorias, é um lugar onde se processam interações sociais. O consumo, além de um movimento de satisfação de necessidades básicas, implica uma ordem de significados e posições sociais. Assim, o ato de consumir diz algo sobre quem consome: sobre sua posição social, o lugar a que pertence ou os vínculos que é capaz de estabelecer. Desse modo, pode-se dizer que o consumo implica reunir pessoas e distingui-las, organizando significados sobre as estruturas sociais (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004).

Nesse sentido, pode-se fazer referência ao consumo como uma expressão de cidadania, por ser determinado pelo direito ao acesso a certos bens e serviços. Tal acesso, por outro lado, cria condições para o exercício da cidadania, a formação de opinião e a participação nos processos políticos e sociais.

No caso dos bens culturais, o consumo está associado ao desenvolvimento de capacidades que advém dos processos de escolarização: por exemplo, a capacidade de assimilação da informação, intimamente relacionada à participação do indivíduo na sociedade e em sua atuação como membro de uma força de trabalho.

Todas essas razões justificam o estudo do consumo de bens e serviços culturais como uma forma de investigação das relações sociais e da capacitação de uma sociedade às demandas surgidas com os avanços da competitividade em nível mundial. Esse consumo é determinado, em parte, por características individuais, tais como renda

³ Ao incluir o setor educacional no mercado de trabalho cultural, o número sobe para 3 milhões e 339 mil pessoas em 1992 e 4 milhões e 300 mil em 2001, registrando um crescimento de 5,1% para 5,8% no período, acima do verificado para o mercado de trabalho como um todo. No entanto, a inclusão do setor educacional e de atividades relacionadas ao esporte na definição de Silva (2007) não será realizada na análise aqui proposta, como descrito nas considerações metodológicas.

⁴ Nesse trabalho Silva (2007) incorpora como dispêndios culturais despesas com microinformática e com livros não-didáticos, o que não se adequa à definição de bens culturais adotada no presente trabalho.

e escolaridade dos cidadãos, e em parte por características do seu meio, determinantes da oferta de bens e serviços culturais (o próprio modo de vida da sociedade – costumes e hábitos -, investimentos estatais no setor, etc).

Desse modo, o que se pretende no trabalho proposto é caracterizar o consumo das famílias brasileiras com cultura nas principais metrópoles brasileiras, relacionando as características desse consumo com as características dos domicílios e a presença de equipamentos culturais nos grandes centros urbanos⁵.

Considerando o propósito deste artigo, ele foi dividido em três seções, além dessa introdução. A próxima seção trata dos dados utilizados, a terceira apresenta os resultados e a última, as considerações finais.

2 - Fonte de dados e tratamento das variáveis

2.1 – Fontes de dados

Os dados referentes ao dispêndio cultural domiciliar e às características dos consumidores foram extraídos da Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE (POF) para o período 2002-2003. A POF constitui uma rica fonte de informações sobre a composição dos orçamentos domésticos, dos hábitos de consumo, da alocação de gastos e da distribuição dos rendimentos, segundo as características dos domicílios e das pessoas (IBGE, 2004). Foi realizada nas Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, no Município de Goiânia e no Distrito Federal (IBGE, 2004).

Já as variáveis utilizadas na definição do índice referente à presença de “equipamentos culturais” são oriundas do Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC - do IBGE. Nesse Suplemento, foram investigados aspectos relativos à gestão municipal – tipo e infra-estrutura do órgão gestor da cultura no município, recursos humanos da cultura na prefeitura, instrumentos de gestão utilizados, legislação, existência e funcionamento de conselhos, existência e características de Fundo Municipal de Cultura, recursos financeiros, existência de

⁵ A escolha por analisar regiões metropolitanas está no fato de parte da literatura sobre o tema enfatizar a concentração da atividade cultural nos grandes centros urbanos. De fato, as cidades podem ser compreendidas como locais preferenciais de localização de certas atividades, por serem propícias aos intercâmbios de bens materiais, e, principalmente, de conhecimento e idéias (JACOBS, 1969; STORPER; VENABLES, 2001). Por esse motivo, os artistas tendem a preferir residir nesses centros urbanos, facilitando o acesso aos bens culturais pelos moradores dessas localidades (MARKUSEN; SHROCK, 2006).

Fundação Municipal de Cultura, ações, projetos e atividades desenvolvidas - assim como o levantamento dos meios de comunicação e da existência e, em alguns casos, da quantidade de equipamentos e atividades culturais e artísticas existentes no município (IBGE, 2007)⁶.

2.2 – Descrição das variáveis utilizadas

2.2.1 Dispêndio com bens e serviços culturais

O dispêndio do domicílio com bens e serviços culturais corresponde ao valor agregado dos gastos de todos os moradores com esses bens e serviços. Da classificação de produtos da POF, foram selecionados aqueles considerados diretamente ligados à cultura.

Como aponta Silva (2007), a Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE apresenta uma limitação para o estudo do consumo cultural: o dispêndio captado pela pesquisa não representa o consumo total de cultura do domicílio, visto que parte desse consumo não é feita no mercado, mas implica estratégias coletivas ou do poder público. Além disso, pode-se supor que parte da demanda por esses bens e serviços não é atendida, devido a problemas como escassez de recursos ou de oferta. Por isso é preciso deixar claro que a investigação aqui proposta se atém à observação de uma cesta específica de bens, qual seja, aquela adquirida no mercado pelas famílias, sem se propor a explicar a totalidade do consumo cultural.

Classificamos como bens e serviços culturais os abaixo listados. Os valores apresentados estão deflacionados e anualizados, de modo a tratá-los corretamente com relação aos vários períodos de referência adotados na pesquisa. Cabe ressaltar ainda que o valor despendido pela unidade domiciliar com os itens acima foi tomado em seu total dentro dos grupos.

⁶ Devido ao maior detalhamento do Suplemento de Cultura referente a 2006, optou-se por utilizar esses dados, em detrimento dos obtidos em anos anteriores.

QUADRO 1
Bens e serviços culturais - classificação

Grupo	Produtos
Artigos de decoração ⁷	Esculturas, quadros, telas a óleo, artesanato decorativo
Artigos de leitura	Livros não-didáticos
Artigos de áudio	Fitas cassete, discos de vinil e CD's
Artigos de vídeo	Fitas de videocassete e DVD's
Idas a cinemas	Ingressos de cinema
Idas a teatros	Ingressos de teatro
Idas a espetáculos de dança	Ingressos de espetáculo de dança
Idas a óperas	Ingressos de ópera
Idas a shows	Ingressos de shows e serestas
Idas a museus	Ingressos de museus
Idas a exposições	Ingressos de exposições
Idas a circos	Ingressos de circo

Fonte: Elaboração própria a partir da classificação de produtos da POF 2002-2003

2.2.2 Rendimento domiciliar *per capita*

Para construção dessa variável, foi utilizado o rendimento bruto dos indivíduos, que corresponde, na POF, ao total dos rendimentos oriundos do trabalho, de transferências, do saldo positivo da movimentação financeira, e outros rendimentos, acrescidos da parcela relativa aos rendimentos não-monetários. Essa variável tem como período de referência os 12 meses anteriores à data da pesquisa. O rendimento domiciliar total foi obtido através do somatório dos rendimentos brutos, anualizados, de todos os moradores do domicílio. Em seguida, esse valor foi dividido pelo número de moradores do domicílio.

2.2.3 Características do chefe do domicílio

Foram definidas como características do chefe do domicílio com capacidade de explicar o dispêndio cultural: idade em anos completos, anos de estudo (1 a 3, 4 a 7, 8 a 10, 11 a 14 e 15 ou mais), gênero (homem ou mulher), cor ou raça (branco ou não-branco) e religião (católico, protestante ou outras religiões).

2.2.4 Variáveis referentes à presença de equipamentos culturais

Do conjunto de variáveis presentes no Suplemento de Cultura da MUNIC, foram selecionadas para a criação do índice referente à presença de equipamentos culturais as seguintes: número de museus, número de teatros ou salas de espetáculo, número de centros culturais e número de cinemas⁸.

Como já mencionado, tais dados se referem ao ano de 2006 e foram informados

⁷ O nome “artigos de decoração” parece ser mais adequado para esse grupo de bens, devido à inclusão, na classificação da POF, de molduras de quadros e porta-retratos junto às esculturas e telas.

⁸ Não foi incluída na análise a informação referente ao número de bibliotecas públicas na localidade, apesar da adequação dessa categoria ao conceito de “equipamento cultural” aqui utilizado. Essa decisão foi tomada devido ao grande número de erros de medida nessa variável, fato verificado ao longo do trabalho e comprovado por pesquisadores do tema, conhecedores da realidade das localidades.

pelo órgão executivo responsável pela cultura em cada município. Os dados municipais foram agregados para as regiões metropolitanas, através de uma média ponderada pela população dos municípios. A partir daí foi construído o índice, com base no Método de Componentes Principais⁹.

3- Análise descritiva

Nesta seção, são apresentadas algumas estatísticas descritivas referentes ao dispêndio com bens e serviços culturais na amostra analisada.

3.1 Dispêndio com bens e serviços culturais

A tabela 1 mostra, em sua segunda coluna, a porcentagem de domicílios que declararam algum gasto com bens e serviços culturais durante os períodos de referência da POF e, na terceira coluna, a participação média desse gasto na renda domiciliar total, para os domicílios que se declararam consumidores, de acordo com a localização do domicílio¹⁰.

TABELA 1
Gasto com bens e serviços culturais segundo a localização do domicílio

Localização do domicílio	Domicílios consumidores (%)	Proporção do gasto na renda domiciliar total (média) – entre os domicílios consumidores
Rural	9.49	1.08
Urbano	29.74	1.37
Regiões metropolitanas	39.32	1.34
Capitais	40.43	1.38
Brasil	26.64	1.36

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da POF 2002-2003

Os dados indicam uma baixíssima participação dos bens e serviços culturais no orçamento dos domicílios brasileiros. Mostram ainda que esse gasto é maior nas áreas urbanas, tendo maior intensidade nas capitais. A proporção do gasto na renda acompanha o comportamento da porcentagem de domicílios consumidores, sendo notadamente pequena em áreas rurais. Essa configuração indica uma tendência de concentração do gasto em áreas de renda mais elevada, as quais, no Brasil, equivalem às áreas mais urbanizadas.

A desigualdade na distribuição do dispêndio cultural domiciliar é vista tanto na

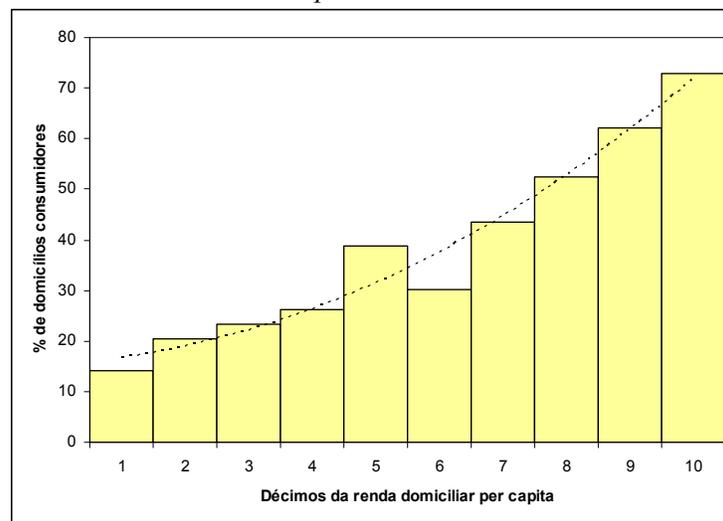
⁹ Para maiores detalhes sobre o método, ver Mingoti (2007).

¹⁰ A classificação das localidades como áreas urbanas e rurais e regiões metropolitanas seguiu as definições da POF 2002-2003.

dicotomia rural/urbano quanto dentro das áreas mais urbanizadas. A figura 1 mostra a porcentagem de domicílios localizados nas regiões metropolitanas que se declararam consumidores de algum tipo de bens e serviços culturais, segundo os décimos da renda domiciliar *per capita*. O gráfico indica uma tendência exponencial dessa porcentagem, confirmando a idéia de que o dispêndio cresce com a renda domiciliar, mesmo em regiões urbanizadas.

Já a figura 2 mostra a distribuição do logaritmo do gasto segundo os quartos da renda domiciliar *per capita*. Tal distribuição foi estimada por uma função Kernel¹¹ para os gastos domiciliares das regiões metropolitanas consideradas pela POF, apenas para os domicílios onde esse gasto é maior que zero. Como é possível verificar, a distribuição se desloca para a direita à medida que a renda aumenta, indicando que o valor do gasto é crescente com a renda. É notável a distância entre as curvas estimadas para o terceiro e o quarto quartos da renda, o que sugere que, para os domicílios com maior renda, um incremento desta implica aumento mais que proporcional dos gastos.

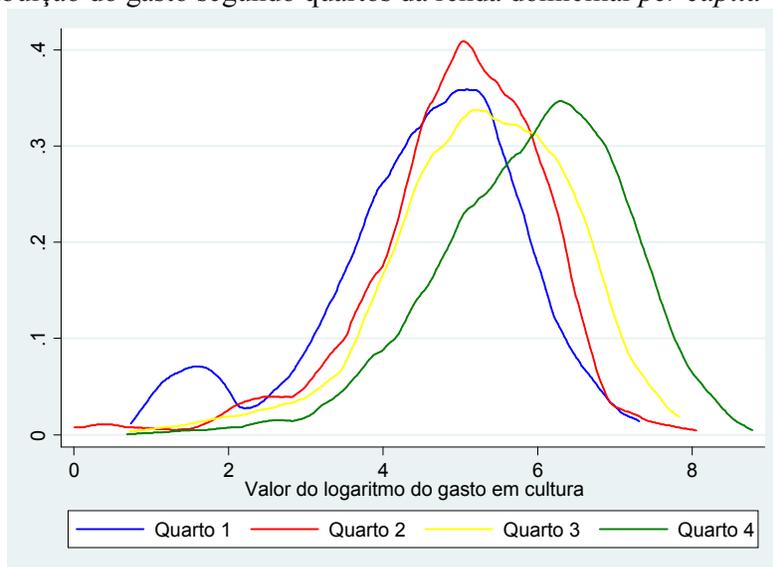
FIGURA 1
Porcentagem de domicílios consumidores segundo os décimos da renda domiciliar *per capita* – RM's



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da POF 2002-2003

¹¹ O estimador de densidade Kernel é não-paramétrico e apresenta a vantagem de prover uma estimativa de densidade mais suave que a de um histograma. Para mais, ver Cameron e Trivedi (2000).

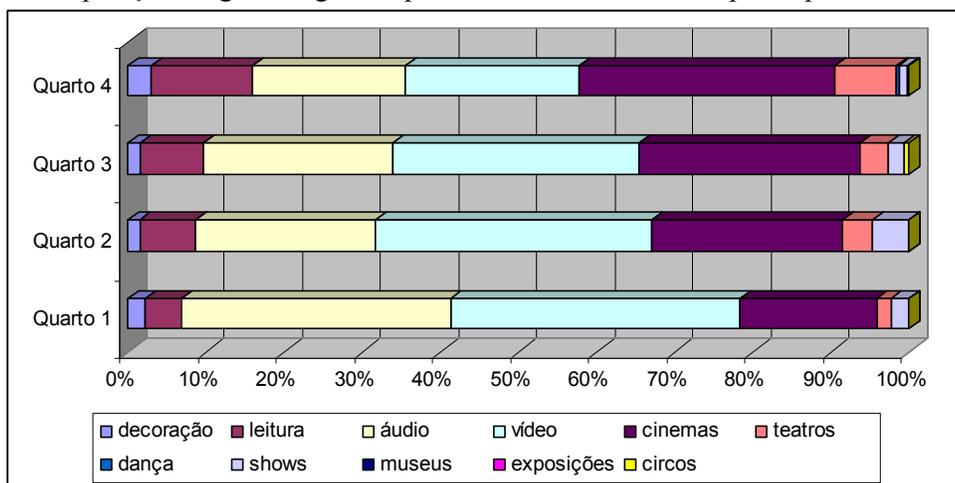
FIGURA 2
Distribuição do gasto segundo quartos da renda domiciliar *per capita* – RM's



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da POF 2002-2003

Os dados indicam ainda que os domicílios de maior renda per capita, além de gastarem mais, têm gastos mais diversificados. A composição do dispêndio parece variar de acordo com os quartos da renda, como mostra a figura 3. Embora os dispêndios com áudio (CD's) e vídeo (DVD's) prevaleçam em todos os quartos, sua importância relativa ao dispêndio total decresce à medida que a renda aumenta, cedendo lugar para as despesas com leitura, cinemas e teatros (despesas que, além de serem de maior valor, não apresentam a possibilidade de reprodução contínua como as de áudio e de vídeo).

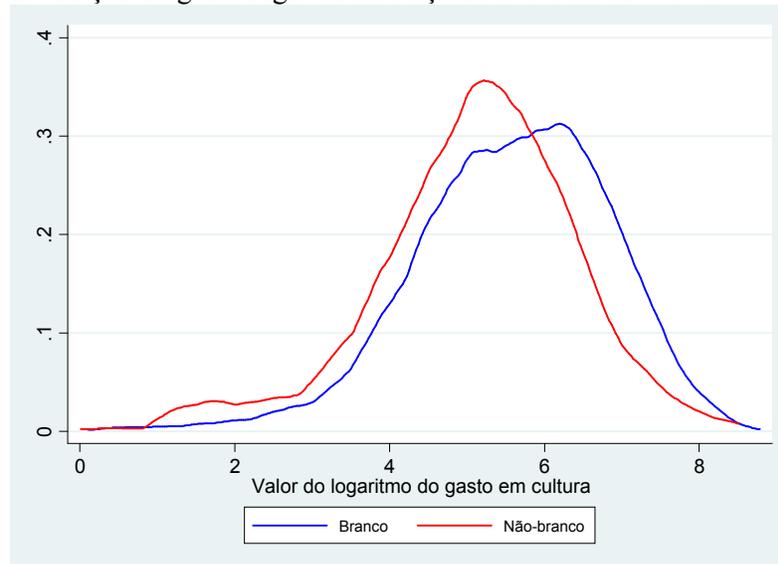
FIGURA 3
Composição do gasto segundo quartos da renda domiciliar *per capita* – RM's



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da POF 2002-2003

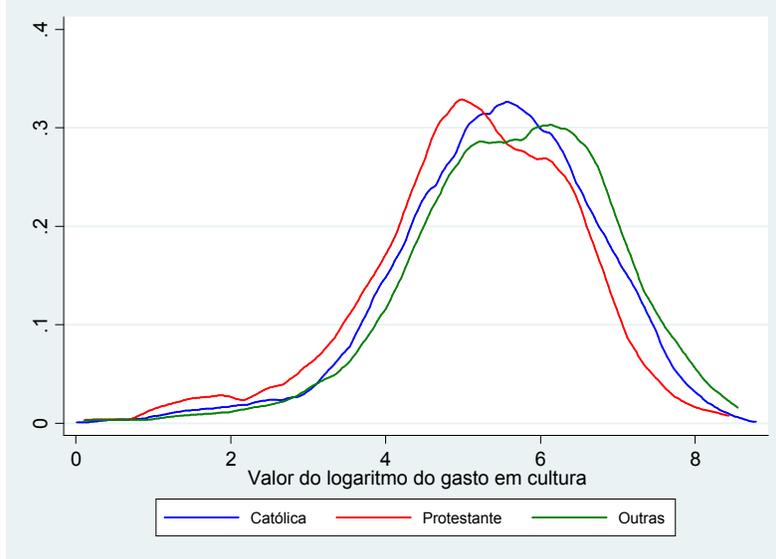
As figuras 4 a 7 apresentam a distribuição do dispêndio segundo características individuais do chefe do domicílio. Elas indicam que o gasto varia também de acordo com essas características, sendo maior para domicílios cujos chefes são brancos, de religião distinta da católica e da protestante, e mais escolarizados. No que diz respeito à escolaridade, é notável a diferença entre o dispêndio em domicílios cujo chefe possui mais de 15 anos de escolaridade em relação aos demais, o que indica grande impacto do ensino superior sobre o gasto. Já com respeito ao gênero do chefe (Figura 7) não se verifica grande distinção entre as curvas.

FIGURA 4
Distribuição do gasto segundo cor/raça do chefe do domicílio – RM's



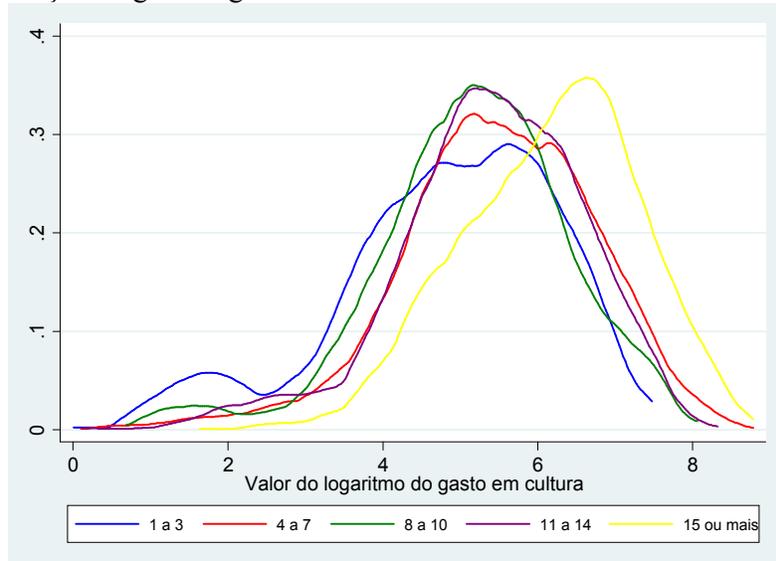
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da POF 2002-2003

FIGURA 5
Distribuição do gasto segundo religião do chefe do domicílio – RM's



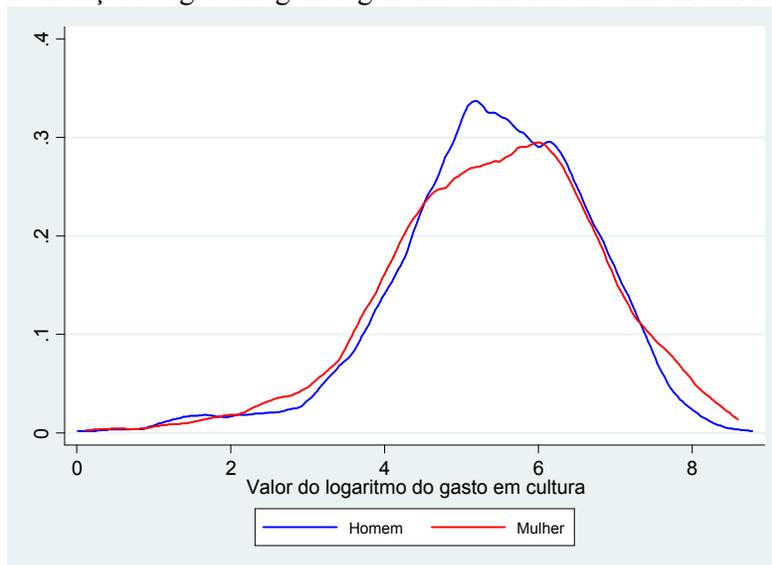
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da POF 2002-2003

FIGURA 6
Distribuição do gasto segundo anos de estudo do chefe do domicílio – RM's



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da POF 2002-2003

FIGURA 7
Distribuição do gasto segundo gênero do chefe do domicílio – RM's



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da POF 2002-2003

Cabe notar que as características do chefe do domicílio que mais parecem influenciar o dispêndio (cor ou raça e escolaridade) são altamente correlacionadas com a renda domiciliar.

No que diz respeito à distribuição regional do gasto, verifica-se grandes diferenças entre as regiões metropolitanas. A tabela 2 apresenta, para cada uma delas, a proporção de domicílios que declararam ter consumido algum tipo de bem ou serviço cultural na POF e a proporção média do gasto na renda domiciliar total, entre os domicílios consumidores.

TABELA 2
Gasto com bens e serviços culturais nas RM's

Região Metropolitana	Domicílios consumidores (%)	Proporção do gasto na renda domiciliar total (média) – entre os domicílios consumidores
Belém	31.88	1.51
Fortaleza	32.92	1.82
Recife	41.95	1.64
Salvador	50.00	1.47
Belo Horizonte	39.91	1.10
Rio de Janeiro	33.48	1.39
São Paulo	40.42	1.26
Curitiba	37.66	1.43
Porto Alegre	47.65	1.17
Distrito Federal	75.86	1.46

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da POF 2002-2003

As maiores porcentagens de domicílios consumidores ocorrem nas regiões metropolitanas de Salvador e Porto Alegre, seguidas de Recife, São Paulo e Curitiba. As menores proporções ocorrem nas RM's de Belém, Fortaleza e Rio de Janeiro. Nota-se ainda a superioridade da porcentagem do Distrito Federal sobre as demais localidades, o que pode estar relacionado ao fato dele não constituir uma Região Metropolitana, mas sim uma capital¹².

No que diz respeito ao gasto domiciliar, nota-se que a maior proporção deste na renda (entre os domicílios consumidores) ocorre nas RM's de Fortaleza e Recife, seguidas das RM's de Belém, Salvador e o Distrito Federal. Os menores valores referem-se às RM's do Belo Horizonte e Porto Alegre.

Além das diferenças entre os dispêndios nas regiões, podem ser verificadas grandes diferenças intra-regionais. A tabela 3 apresenta os índices de Gini¹³ calculados para o dispêndio cultural domiciliar *per capita* (incluindo os domicílios consumidores e não-consumidores de cultura) e para a renda domiciliar *per capita*. Como se pode observar, o Gini do dispêndio cultural é muito superior ao da renda, mesmo para as RM's onde a desigualdade de renda é menor. O menor valor ocorre para o Distrito Federal (0,66), indicando menor desigualdade do dispêndio nessa localidade. Para as RM's, o índice varia entre 0,82 e 0,88. A dispersão deste índice é inferior à do índice referente à renda per capita, indicando que a desigualdade intra-regional do dispêndio não difere muito entre as RM's.

¹² Como mostra a Tabela 1, nas capitais concentra-se boa parte do dispêndio cultural no Brasil, de modo que a alta porcentagem encontrada para o Distrito Federal pode dever-se ao fato de não estarem sendo consideradas, para essa localidade, municípios do entorno onde o consumo dos referidos bens é menor.

¹³ O índice de Gini é uma conhecida medida de desigualdade que assume valor 0 em caso de perfeita igualdade na distribuição e 1 em caso de perfeita desigualdade. Para mais, ver Hoffmann (1998).

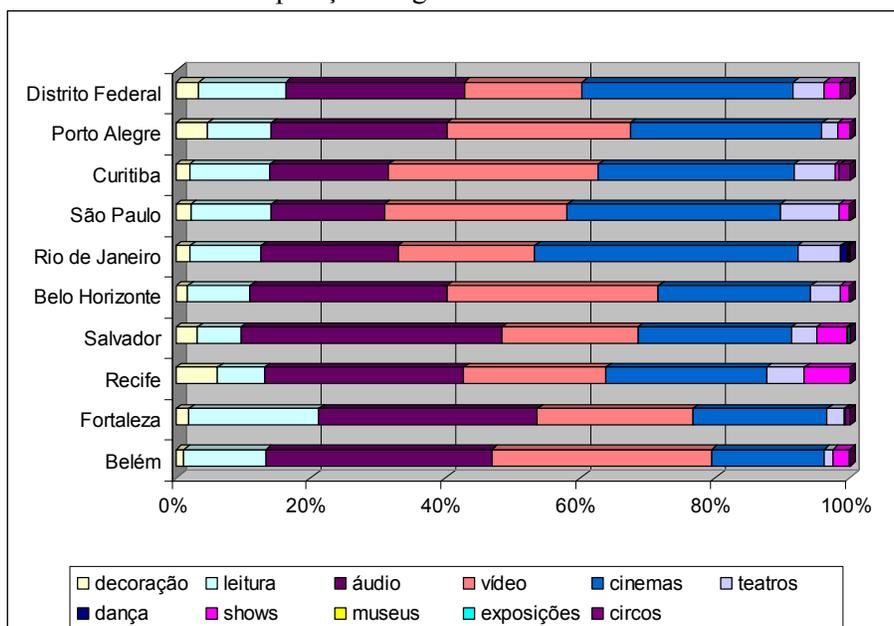
TABELA 3
Índice de Gini do dispêndio cultural domiciliar e da renda domiciliar *per capita*

Região Metropolitana	Índice de Gini	
	Dispêndio cultural domiciliar per capita	Renda domiciliar per capita
Belém	0.88	0.52
Fortaleza	0.88	0.61
Recife	0.82	0.53
Salvador	0.83	0.58
Belo Horizonte	0.83	0.56
Rio de Janeiro	0.88	0.61
São Paulo	0.87	0.54
Curitiba	0.84	0.53
Porto Alegre	0.82	0.58
Distrito Federal	0.66	0.58

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da POF 2002-2003

Já a figura 8 apresenta a composição do gasto em cada uma das regiões metropolitanas e no município de Brasília. Nas RM's do Norte e Nordeste, o grupo que corresponde ao maior valor do dispêndio é o de áudio, referente basicamente à aquisição de CD's. Nas RM's de Belo Horizonte e Curitiba, o maior dispêndio destina-se à aquisição e aluguel de DVD's, enquanto nas RM's do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e no Distrito Federal prevalecem os dispêndios com cinemas.

FIGURA 8
Composição do gasto cultural nas RM's



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da POF 2002-2003

No que diz respeito às particularidades do dispêndio em cada RM, destacam-se

as participações relativas acima da média do grupo de decoração, em Recife e Porto Alegre; leitura, em Fortaleza; teatros, em São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba; dança, no Rio de Janeiro; shows, em Recife e Salvador; circos, em Curitiba e no Distrito Federal.

3.2 Índice referente à presença de equipamentos culturais

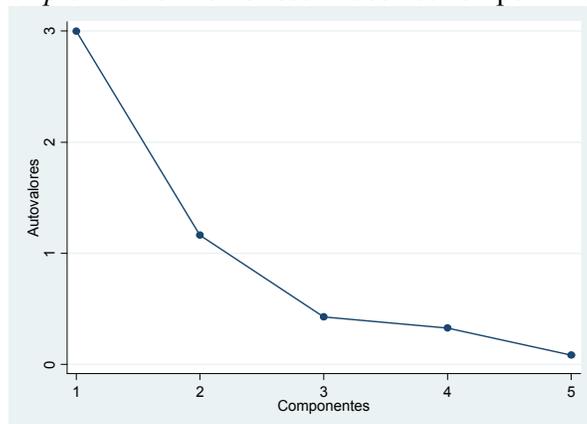
As tabelas a seguir mostram os resultados da análise de componentes principais para as regiões metropolitanas em estudo. O primeiro componente explica quase 60% da variância total dos dados. O autovetor a ele associado (Tabela 4) atribui pesos positivos a todas as variáveis. O maior peso é dado à variável número de teatros, seguido do número de cinemas, número de museus, número de centros culturais, e, finalmente, número de estádios e ginásios poliesportivos. Esses pesos são tão maiores quanto maior a dispersão dos valores entre as observações.

TABELA 4
Autovetores associados aos componentes principais

Variável	Componente				
	1	2	3	4	5
Museus	0.49	0.15	0.30	-0.78	0.17
Teatros	0.55	-0.08	-0.24	0.07	-0.79
Centros culturais	0.41	-0.47	0.61	0.44	0.18
Cinemas	0.51	0.10	-0.61	0.23	0.56
Estádios e ginásios poliesportivos	0.13	0.86	0.33	0.36	-0.06
Porcentagem da variância total explicada	59.94	23.26	8.56	6.55	1.68

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da MUNIC 2006

FIGURA 10
Gráfico *scree plot* - autovalores associados aos componentes principais



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da MUNIC 2006

Os pesos relacionados ao primeiro autovetor foram utilizados na construção do

índice apresentado na Tabela 5. O índice foi padronizado de modo que sua média é zero e a variância, um. As RM's mais populosas do país, Rio de Janeiro e São Paulo, são aquelas que apresentam maior índice, seguidas de Brasília, Salvador, Curitiba, Belo Horizonte e Porto Alegre. Os piores valores correspondem às regiões metropolitanas do Norte e do Nordeste.

TABELA 5
Índice padronizado da presença de equipamentos culturais

Região Metropolitana	Índice padronizado
Rio de Janeiro	1.97
São Paulo	1.51
Brasília	0.25
Salvador	0.05
Curitiba	-0.11
Belo Horizonte	-0.54
Porto Alegre	-0.68
Fortaleza	-0.72
Belém	-0.85
Recife	-0.87

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da MUNIC 2006

A tabela 6 apresenta as médias ponderadas do número de equipamentos culturais existentes nos municípios componentes das regiões metropolitanas. Destaca-se a presença, acima da média, de museus nas RM's de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador; teatros, no Rio de Janeiro (valor muito acima da média) e em São Paulo; centros culturais, em São Paulo e Curitiba; cinemas, no Rio de Janeiro e em São Paulo; estádios e centros poliesportivos, em Brasília e em Belo Horizonte. Esses dados indicam que as regiões metropolitanas do Sul e do Sudeste concentram boa parte dos equipamentos culturais do país, sobressaindo-se as RM's de São Paulo e do Rio de Janeiro.

TABELA 6
Número de equipamentos culturais - média ponderada pela população dos municípios das regiões metropolitanas

Região Metropolitana	Museus	Teatros	Centros culturais	Cinemas	Estádios e ginásios poliesportivos
Belém	17.0	7.9	4.7	10.0	14.1
Fortaleza	21.4	14.4	8.5	6.5	6.4
Recife	17.1	10.4	8.0	5.7	2.9
Salvador	50.9	29.4	1.0	17.8	31.5
Belo Horizonte	9.0	18.7	11.2	12.3	55.6
São Paulo	58.0	79.4	48.1	30.2	7.5
Rio de Janeiro	52.3	114.1	21.7	42.5	47.0
Curitiba	25.4	30.6	27.5	13.0	10.0
Porto Alegre	9.9	12.5	5.3	25.2	6.1
Brasília	44.0	23.0	9.0	20.0	105.0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da MUNIC 2006

Ao se comparar os valores das tabelas 5 e 6, referentes ao equipamento cultural das RM's, aos das tabelas 2 e 3, que mostram a composição do dispêndio nessas localidades, não é possível verificar uma relação clara entre as duas questões. Essa relação não é observada, porque a composição do gasto mostra, nas regiões mais pobres, maior incidência de gastos com aquisições de CD's e de DVD's, produtos culturais cujo consumo independe de presença de equipamentos culturais.

4 – Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo analisar o dispêndio cultural nas metrópoles brasileiras a partir de dados da POF-IBGE. Os resultados indicam baixa participação dos bens e serviços culturais no orçamento dos domicílios brasileiros e relativa concentração do gasto nas áreas urbanas, especialmente nas capitais. Além disso, o gasto parece ser determinado principalmente pela renda: os domicílios com maiores rendimentos *per capita* são os que apresentam os maiores e mais diversificados gastos. A concentração do dispêndio parece ser bastante superior à concentração da renda, revelando um quadro preocupante.

Quanto às características do chefe do domicílio, o gasto parece ser maior em domicílios cujos chefes são mais escolarizados, brancos e de religião distinta da católica e da protestante.

Além disso, são claras as divergências regionais no que se refere tanto ao dispêndio quanto à existência de equipamentos culturais nas localidades. Esse quadro revela a grande heterogeneidade do consumo no país, o que é de se esperar de um país vasto e multifacetado como este.

De modo geral, os resultados apontam para uma distribuição do dispêndio cultural entre os domicílios brasileiros que espelha as desigualdades estruturais dessa sociedade. Tal quadro revela a necessidade de políticas públicas que privilegiem tanto o acesso às mercadorias estudadas quanto a elevação dos níveis de educação e renda, de modo a garantir melhores condições de consumo e de vida à população.

Referências

CAMERON, Colin A.; TRIVEDI, Pravin K. **Microeconometrics: methods and applications**. New York : Cambridge University Press, 2005.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos municípios brasileiros: Pesquisa de Informações Básicas Municipais: Cultura**. Rio de Janeiro, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2006: primeiros resultados**. Rio de Janeiro, 2004.

JACOBS, Jane. **The economy of cities**. New York: Random House, 1969.

MARKUSEN, Ann; SCHROCK, Greg. The artistic dividend: urban artistic specialization and economic development implications. **Urban Studies**, Glasgow, v. 43, n. 10, p. 1661-1686, set. 2006.

MINGOTI, Sueli A. **Análise de dados através de estatística multivariada: uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

SILVA, Frederico A. B. da. Economia e política cultural: acesso, emprego e financiamento. **Coleção Cadernos de Política Cultural**, v. 3. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

STORPER, Michael; VENABLES, Anthony J. O burburinho: a força econômica da cidade. In: DINIZ, Clélio C.; LEMOS, Mauro B. **Economia e território**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.